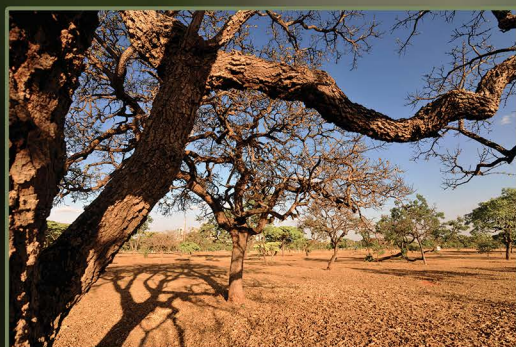


B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • janeiro de 2015

2015: EXCESSO DE CHUVA E RACIONAMENTO DE ÁGUA



Defesa Civil

Os perigos das chuvas

No dia 21 de dezembro, o verão começou oficialmente no Brasil e com ele surgem os perigos da chuva. O ano de 2014 foi atípico, principalmente na região Sudeste, que enfrentou vários meses de estiagem; por este motivo, as chuvas que caíram no início de dezembro trouxeram um certo alívio para a população paulista. Porém, quando ocorrem em áreas de ocupação desordenada, sem infraestrutura e sem planejamento, o alívio pode dar lugar ao sofrimento.

Os desastres naturais são o resultado de eventos adversos e combinações perigosas, como eventos climáticos somados às ações humanas, seja a ocupação desordenada de áreas de riscos, o assoreamento e a alteração de rios, lagos e outros sistemas hídricos, a degradação da fauna e do solo, a impermeabilização e a canalização do escoamento e o desmatamento, entre outras deficiências.

A área de Defesa Civil da Confederação Nacional de Municípios (CNM) entende que a falta de orientação combinada com uma gestão local despreparada e sem instrumentos de prevenção e monitoramento de desastres aumentam a vulnerabilidade das comunidades.

A entidade explica que pequenas ações de prevenção, até as mais simples, como a promoção da limpeza urbana e a reeducação da comunidade em não abandonar detritos em locais impróprios podem evitar uma série de problemas.

Boas práticas de Ponta Porã (MS)

Ponta Porã (MS) tornou-se referência nacional quando criou campanhas e cartilhas educativas de ações simples de prevenção a desastres e de como a população pode se prevenir e se preparar para os perigos das chuvas.

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Ponta Porã implantou o projeto “Agente Cidadão”. Ele está incluído no currículo escolar dos alunos das séries do 4º e 5º ano e tem o objetivo de difundir para os alunos das escolas públicas municipais conceitos básicos de defesa civil.

A Defesa Civil do Município, além desse projeto, atua nos planos e nas ações preventivas de gestão de riscos e mitigação, com atividades de sensibilização e conscientização que podem trazer a mudança cultural da responsabilidade social de cada cidadão frente às ameaças.

Assim, a prevenção de desastres é implementada por meio de dois processos importantes: a análise e a redução dos riscos de desastres. Por isso, segundo a Coordenadoria, também são realizadas atividades ininterruptas de suma importância como:

- análise e registros dos boletins de meteorologia;
- mapeamento das áreas de riscos;



de verão

- obtenção de dados junto aos moradores mais antigos de cada região do Município;
- atividades em parcerias com as secretarias municipais de Saúde, Educação, Segurança Pública e de Infraestrutura na elaboração de planos de prevenção, preparação, resposta e reconstrução de desastres; e
- orientação nas assembleias das escolas levando para as pessoas noções básicas do que é defesa civil, entre vários outros trabalhos.

Outro destaque na implementação dessas ações, o Município cita a importância do envolvimento de entidades, órgãos governamentais e da sociedade de uma forma geral no desenvolvimento dos trabalhos.



Faça a sua parte!

Nesse sentido, a partir do empreendedorismo em defesa civil do Município de Ponta Porã, a CNM elaborou algumas dicas de ações que podem ser implantadas nos Municípios para o enfrentamento dos efeitos negativos causados nessas épocas de chuvas e que possam amenizar ou mesmo prevenir os transtornos causados por desastres naturais.

Antes da chuva:

- promova a limpeza urbana e leve os resíduos para áreas apropriadas;
- oriente a comunidade a manter a cidade limpa com detritos longe das ruas, encostas e rios;
- divulgue a importância da limpeza de calhas, telhados e goteiras – além do risco de desabamento, a dengue será evitada;
- alerte que pisos e paredes com trincas indicam perigo de desabamento e deslizamento;
- realize o desassoreamento e limpeza de córregos e rios;
- mapeie os bairros e os locais com maior probabilidade de alagamentos ou deslizamentos e oriente sobre as ações que podem minimizar os efeitos negativos dessas ocorrências;
- prepare áreas seguras no Município com estrutura suficiente para receber possíveis desabrigados/desalojados; e
- promova campanha de inscrição de voluntários em diversas áreas de atendimento e mantenha essa relação atualizada com conta-

tos para que no caso de uma ocorrência possam ser convidados a participar das ações de resposta.

Essas orientações a serem desenvolvidas pelo Município podem ser feitas por rádio, TV, nas escolas, em panfletos orientativos, por carros de som etc.

Períodos chuvosos:

Para que o Município esteja preparado para algumas das calamidades causadas pelas chuvas, vale ainda lembrar ações de planejamento, gestão de riscos e prevenção:

- elabore o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, no qual serão identificadas as áreas de risco e estabelecidas as regras de assentamento da população;
- fiscalize as áreas de risco e evite o assentamento perigoso em áreas inundáveis;
- elabore um plano de evacuação com um sistema de alerta e alarme;
- implante o esgotamento de águas servidas e a coleta do lixo domiciliar;
- indique quais áreas estão seguras para a construção, com base no zoneamento; e
- planeje a legislação e fiscalize a proteção ambiental.

Saneamento Básico

CNM alerta para desperdícios de água

Em meio a uma crise de abastecimento no maior Município do país, São Paulo, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou, dia 20 de janeiro, o tema deste ano para o Dia Mundial da Água. Duas palavras pautarão os debates de 2015 em torno dos recursos hídricos: "Água e Desenvolvimento Sustentável".

A data reservada para lembrar mundialmente o bem mais precioso para a vida na Terra é 22 de março. Até lá, o Brasil e o resto do mundo buscam soluções para manter o acesso à água. Há alguns anos, o Nordeste brasileiro sofria com falhas no abastecimento. Recentemente, este problema afeta também a região mais rica e desenvolvida do país, o Sudeste. A escassez hídrica deixou de ser um problema apenas do sertão.

Os desafios da água e do desenvolvimento sustentável no Brasil são grandes. Na avaliação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), é preciso melhorar a gestão dos mananciais e reflorestar as margens para possibilitar que a água infiltre o solo e mantenha o ciclo normal. Além disso, as áreas urbanas precisam dedicar maior investimento em Saneamento Básico, principalmente com relação ao tratamento de esgoto e redução de perdas de água.

Alertas contra o desperdício

Quando há escassez de água, o que menos podemos permitir é o desperdício dela. Piracicaba, no interior paulista, é um Município estruturado. Tem 100% de acesso à água potável e 100% de esgoto tratado. Mas enfrenta dificuldades quando o assunto é a perda desse bem. Em Piracicaba, quase metade da água tratada é desperdiçada. O Município possui um índice alto, 45% de perda. Este e outros casos semelhantes precisam de estratégias urgentes, destaca a CNM.

Piracicaba é só um exemplo. Em todo o Brasil, 37% da água tratada para consumo é perdida antes de chegar às torneiras da população. Os dados, de dezembro de 2013, são do próprio governo federal e foram incluídos no Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico do Ministério das Cidades. As causas são as falhas das tubulações, fraudes e ligações clandestinas no caminho.

Desperdício de recursos

As perdas não se restringem apenas à água. De acordo com o Instituto Trata Brasil, uma redução de apenas 10% nas perdas no país agregaria R\$ 1,3 bilhão à receita operacional com a água. Esse valor é equivalente a 42% do investimento aplicado em abastecimento para todo o Brasil no ano de 2010. A redução de perdas significativas ajudaria mais as empresas a terem recursos para a expansão do atendimento em água potável e ampliação das redes de



Prof. de Artur Nogueira/SP

esgoto e tratamento.

A CNM faz menção ainda a outro estudo do Instituto Trata Brasil, divulgado em 2014: o *ranking* de Saneamento Básico das 100 maiores cidades brasileiras. Segundo a instituição, em 90% das cidades, a evolução foi nula ou menor que 10% nas perdas de água entre 2011 e 2012. Em resumo, pouca importância tem sido dada a esse tema, mesmo nos maiores Municípios do Sudeste brasileiro.

Jaboatão dos Guararapes/PE (55,29%); Santarém/PA (45,78%); Macapá/AP (39,99%); Porto Velho/RO (32,89%); e Ananindeua/PA (27,2%) lideram o *ranking*. O curioso é que a maioria destes Municípios não sofre com escassez hídrica, mas a qualidade da água que chega até a população é um dos grandes desafios.

Tratamento da água

Ainda com base no estudo da Trata Brasil, outra preocupação. O volume de esgotos não tratados nos 100 maiores Municípios brasileiros foi de 2.959 piscinas olímpicas. Este é o montante despejado no meio ambiente. A falta de saneamento, além de um problema de Saúde Pública, continua a prejudicar a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos brasileiros, principalmente no meio urbano.

Para sanar esse problema, o Plano Nacional de Saneamento Básico prevê a necessidade de investimento de R\$ 500 bilhões a fim de universalizar o acesso à água potável, entre outros serviços no setor. Dessa forma, a CNM destaca: fica claro que sem apoio dos governos estaduais e federal para melhorar os índices de saneamento básico nos Municípios, o desenvolvimento sustentável do país continuará a ser algo distante da realidade.

Conheça aqui o *ranking* de saneamento das 100 maiores cidades:
<http://goo.gl/Y0InQA>

Acesse aqui o estudo sobre perdas de água no Brasil em 2010:
<http://goo.gl/VqAg4o>

Desenvolvimento Urbano

Nova Agenda Urbana: CNM convoca municipalistas



O posicionamento do Brasil para a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (*Habitat III*) pode ter a participação de municipalistas. Portanto, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que os líderes municipais devem contribuir com este processo e indicar os principais desafios relacionados às questões urbanas.

De acordo com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, essa contribuição garantirá que as prioridades dos Municípios sejam incorporadas nas políticas públicas urbanas e nos compromissos firmados na *Habitat III*.

Para ajudar os prefeitos e os demais agentes municipais a participarem da discussão, a CNM explica, em ofício remetido aos gestores, detalhes desse processo. Além disso, elaborou uma carta aberta para ser usada pelas prefeituras como base em relação aos desafios de planejamento e execução das políticas urbanas.

AÇÕES – Os municipalistas, segundo Ziulkoski, precisam se mobilizar. A CNM sugere a promoção de debates com a comunidade sobre as prioridades a serem indicadas pelo Brasil na Conferência *Habitat III*; a inclusão das percepções locais da *Carta Aberta dos Municípios*, devidamente assinada, e o encaminhamento ao Ministério das Cidades.

Uma cópia da carta destinada ao ministro das Cidades, Gilberto Kassab, deve ser enviada à CNM. A entidade fará a sistematização final até o dia 7 fevereiro. Assim, um documento unificado será entregue aos órgãos competentes.

A POSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS – A CNM acredita que as prioridades do *Habitat III* devem surgir de um movimento de baixo para cima, que leve em consideração as particularidades de cada território. Além de contar com a ampla participação da sociedade. Promover este debate localmente é papel das lideranças eleitas, principalmente prefeitos e vereadores, por estarem próximos aos cidadãos.

A *Carta Aberta dos Municípios Brasileiros*, elaborada pela CNM, elenca os principais pleitos dos gestores, de acordo com os debates a serem promovidos no *Habitat III*. Além disso, propõe aos municipalistas que adicionem as percepções do Município para contribuir com o posicionamento do governo brasileiro nos foros internacionais.

Com essas ações, o movimento municipalista exigirá maior compromisso do governo federal com as transformações urbanas, com a sustentabilidade dependente do meio rural. A definição desta agenda é pactuada por meio dos relatórios elaborados pelos países que integram o sistema ONU. No Brasil, a elaboração do relatório nacional é de responsabilidade do Ministério das Cidades, em parceria com o ConCidades e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). Uma consulta pública também está disponível na plataforma “Participa BR” até o dia 7 de fevereiro deste ano.

HABITAT III – Este é o principal evento das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano, organizado a cada 20 anos. Ele representa uma oportunidade importante para os governos locais e associações para participar e influenciar os processos de tomada de decisão internacional. Apesar de o encontro estar agendado para outubro de 2016, em Quito, no Equador, os relatórios nacionais devem ser finalizados até abril de 2015. Cabe ao governo brasileiro, inclusive os Municípios, o compromisso de entregar esse documento sobre os limites e os desafios do desenvolvimento urbano com sustentabilidade.

A Conferência vai estabelecer soluções para as áreas urbanas em um contexto em que as cidades e os governos locais adquirem novos papéis em razão dos processos de descentralização e urbanização. “É importante que os Municípios participem desse processo, expressem seu posicionamento e dificuldades e contribuam para a construção de uma Nova Agenda Urbana que favoreça a futura implementação de políticas nacionais favoráveis ao desenvolvimento local sustentável”, destaca Ziulkoski.

Observatório do Crack

CNM divulga estudo inédito sobre

O uso do *crack* é parte da realidade de centenas de Municípios brasileiros. Como forma de minimizar o problema, o governo federal lançou, ao final de 2011, o programa *Crack, é possível vencer*. A iniciativa tinha como objetivo desenvolver um conjunto de ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas em parceria com Estados e Municípios. Com o término do programa, o *Observatório do Crack*, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), fez um estudo inédito sobre a implementação da iniciativa federal e seus alcances.

O programa *Crack, é possível vencer* foi estruturado em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade. O primeiro busca reduzir os fatores de risco e desenvolver ações que reforcem a não utilização das drogas.

Já o segundo envolve a estruturação das redes de atenção de saúde e assistência social para o atendimento do usuário de drogas e seus familiares. Por fim, o eixo autoridade engloba ações de segurança como forma de reduzir a questão do tráfico de drogas no país.

Para a realização das ações previstas no programa, a presidente Dilma Rousseff anunciou o total de R\$ 4 bilhões a serem gastos durante os três anos subsequentes. Entretanto, segundo dados oficiais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), o governo federal dotou para o período R\$ 3,5 bilhões. Desse montante, cerca de R\$ 1,88 bilhão foi efetivamente pago.

Os Municípios, por sua vez, foram responsáveis pela maior parte da execução do programa. Foi dotado inicialmente cerca de R\$ 1,4 bilhão aos Entes federados e pago R\$ 1,14 bilhão. O que resulta em uma execução de mais de 79%. A média executada pelos outros Entes – Estados, instituições sem fins lucrativos e União – foi de 53,5%.

Quem executou o programa

Outro ponto destacado no estudo diz respeito aos órgãos do governo federal, executores do programa, entre os quais o Ministério da Saúde foi o principal. Dos R\$ 2 bilhões inicialmente dotados para o órgão, gastou-se R\$ 1,54 bilhão. Os recursos foram empregados em sua quase totalidade com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A segurança é mais um aspecto importante na análise do programa *Crack, é possível vencer*. Apesar de ter sido concedido R\$ 1,45 bilhão para ações nessa área, somente foram pagos R\$ 258,9 milhões. Esses números chamaram a atenção da equipe do Observatório em razão da importância da segurança nas medidas de combate ao tráfico de entorpecentes, especialmente quando

são oriundos dos países vizinhos.

Em 2013, a CNM publicou o estudo denominado *O crack na fronteira brasileira*, que traz um alerta para a vulnerabilidade da região fronteiriça. Com pouca fiscalização nos pontos de divisa do Brasil, a droga entra no país sem dificuldades, e é comercializada. O relato foi unânime entre 330 Municípios da faixa de fronteira participantes da pesquisa.

Acesso ao programa

O acesso dos Municípios ao programa federal estava sujeito à condicionalidade do número de habitantes. Somente cidades com população igual ou superior a 200 mil habitantes poderiam pactuar com o Estado. Todavia, dos 5.568 Municípios brasileiros, somente 144 se encaixam nesses critérios.

Para ter acesso a alguns equipamentos específicos, como a criação de Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil para dependentes de *crack*, álcool e outras drogas, por exemplo, o recorte era diminuído para 100 mil habitantes. Mesmo assim, apenas 299 Municípios poderiam aderir ao programa, um número pouco expressivo se comparado ao total de cidades no país.

A questão é que os Municípios de pequeno porte – maioria no Brasil – não possuem condições financeiras de disponibilizar esse tipo de serviço à comunidade. E, assim como esse equipamento, outros foram ofertados seguindo os mesmos padrões de condicionalidade, o que deixou de fora grande parte dos Municípios brasileiros.

Além dessas dificuldades, nem todos os Entes que aderiram ao programa receberam os devidos recursos. Ao todo, 121 Municípios pactuaram com o governo federal, e, desses, 21 não receberam montante algum desde 2011. O Estado do Ceará foi o mais prejudicado, com 75% dos casos, seguido do Pará com 67%.

Metas alcançadas e propostas

O programa *Crack, é possível vencer* definiu 18 metas a serem cumpridas até o final de 2014. Dessas, apenas três foram alcançadas, segundo dados da Central Brasileira de Notícias (CBN) e do Ministério da Casa Civil. Fazem parte da lista: a criação de 30 Grupos de Investigações Sensíveis da Polícia Federal (Gise), o aumento de 1.200 profissionais da Polícia Federal e 483.000 vagas para capacitações a distância.

Como parte das metas, também estava incluída a criação de 618 unida-


 OBSERVATÓRIO
 DO CRACK

o programa *Crack*, é possível vencer

des de acolhimento, das quais apenas 60 estão em funcionamento. Chama a atenção, ainda, o número de 800 leitos de enfermaria especializada, quando estavam previstos 3.600. Os números preocupam, pois com informações obtidas nos acompanhamentos realizados pelo *Observatório do Crack* um dos problemas mais cruciais é que o dependente químico possa ter acesso ao tratamento.

Problemas

Um dos pontos levantados pela Confederação é que o programa teve início sem uma pesquisa prévia a respeito do perfil do usuário de *crack* no Brasil. Ademais, faltou um mapeamento das redes de Assistência Social e Saúde já existentes nos Municípios para que a realidade local fosse conhecida. A carência dessas informações dificultou a execução da iniciativa do governo.

O estudo também demonstra que houve um subfinanciamento dos equi-



Marcelo Camargo/ABr

pamentos ofertados: aos Municípios, cabia arcar com a maior parte das despesas. Entretanto, milhares de prefeituras brasileiras enfrentam a pior crise financeira da história pela falta de recursos.

Assim, fica claro o descompasso entre as ações idealizadas pela União com a realidade vivenciada pelos Entes federados. O diálogo, que deveria ser prioridade entre as duas esferas, não aconteceu.

A situação pode ser ilustrada pelo critério de seleção definido pelo governo federal. Apenas cidades com população igual ou superior a 200 mil habitantes poderiam pactuar com o programa *Crack, é possível vencer*. Entretanto, como lembra a CNM, apenas 2,5% do total de Municípios brasileiros atendem ao critério.

A Confederação valoriza as iniciativas de combate ao *crack* e outras drogas e reconhece o esforço do governo federal no desenvolvimento do programa. Porém, espera que o estudo possa servir como forma de compartilhar a visão dos Municípios a respeito para considerações e possíveis ajustes no futuro.



Tânia Régio/ABr

Educação

Como previsto pela CNM, piso será de R\$ 1,9 mil em 2015

O piso nacional dos professores será de R\$ 1.918,16 em 2015. Conforme previsão da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o reajuste de 13,01% foi divulgado pelo ministro da Educação, Cid Gomes, dia 6 de janeiro. Com o aumento, o valor passa de R\$ 1,6 mil para R\$ 1,9 mil. De acordo com esclarecimentos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Ministério da Educação (MEC) usou os mesmos critérios dos anos anteriores, levando em consideração a variação entre as estimativas dos valores aluno/ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que foi R\$ 2.022,51 e R\$ 2.285,57 em 2013 e 2014, respectivamente.

O presidente da CNM Paulo Ziulkoski, alertou que as prefeituras terão dificuldades para pagar o novo valor, uma vez que o reajuste foi acima da inflação e do crescimento das receitas municipais. Além disso, ele lamenta o fato de o MEC utilizar as estimativas e não valores efetivamente realizados do Fundeb para calcular o reajuste. “Os Municípios enfrentam uma das piores crises da história e vão continuar tendo impactos se não houver mudança nos critérios desse reajuste, para que seja compatível com o aumento da arrecadação municipal”, destacou.

Ziulkoski também lembra que o aumento “representa custo maior com a folha e menos investimentos em reformas e infraestrutura das escolas, além de outros itens fundamentais à qualidade do ensino”. O presidente da entidade que representa os Municípios menciona, inclusive, que a própria União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) reconhece que os Municípios e os Estados terão dificuldades com o novo valor.

A CNM alertou o governo de que esse aumento seria o dobro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) de 2014, que deverá fechar em 6,5%, e maior que o crescimento da receita do Fundeb de 2014 em relação a 2013, estimada em 5,47%. Já a correção do salário mínimo para 2015 será de 8,8%, conforme Decreto 8.381/2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em dezembro.

Apesar de ter divulgado antecipadamente o valor do reajuste, a CNM tinha expectativa de que o novo ministro da Educação, Cid Gomes, se sensibilizasse com a situação atual das prefeituras e solicitasse audiência para tratar do assunto. A reunião entre o representante do governo e o representante dos Municípios estava agendada para o dia 7 de janeiro. No entanto, tendo em vista que o ministro anunciou o valor do aumento antes do encontro, a Confederação enviou ofício ao MEC cancelando a agenda por entender que já não havia mais urgência em debater o tema.



Prof. Aparecida do Taboado/MS

Ziulkoski concedeu entrevista ao jornal *O Globo* sobre o assunto e destacou: “mais uma vez não foram consultados os legítimos representantes dos Municípios, eleitos pela vontade popular”. “Não é um desrespeito, mas falta de consideração com os Municípios. Eles conversam com os secretários estaduais, mas não houve nada parecido com os prefeitos”. A CNM estima que o novo piso custe ao menos R\$ 7 bilhões a mais para os cofres municipais em 2015.

Sobre o impacto do anúncio nas administrações municipais, a CNM esclarece: o índice de reajuste do piso não precisa ser necessariamente concedido aos profissionais da categoria. O reajuste também pode ser efetuado após o mês de janeiro. E, se o Município tiver pago mais do que o novo valor do ano anterior, o reajuste pode ser concedido com percentual menor. Ao contrário, se pagou menos, deve conceder um reajuste maior. O que não pode acontecer é pagar um vencimento inicial da carreira inferior ao piso nacional para professores com formação em nível médio, modalidade normal.

O piso corresponde à carga horária semanal de 40 horas de trabalho. Segundo a Lei 11.738/2008, os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho devem ser proporcionais. Portanto, para professores com jornada de 20 horas semanais, o valor estabelecido é de R\$ 959,39. Se a jornada for de 25 horas, o benefício é de R\$ 1.199,24. Aos profissionais que trabalham 30 horas por semana será concedido o valor de R\$ 1.439,09.

Meio Ambiente

Ministro reafirma competência dos Municípios

Os Entes municipais podem formular políticas públicas com o objetivo de viabilizar a proteção local do meio ambiente. É o que traz a Lei Municipal 4.814/2009 de Mogi Mirim (SP), declarada constitucional pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, no dia 15 de dezembro de 2014.

O debate sobre a constitucionalidade da Lei teve início há meses e não houve consenso a respeito. Segundo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), a matéria é incompatível com a Constituição estadual. Porém, o Ministério Público do Estado (MP/SP) entrou com recurso contra o pronunciamento.

Em sua decisão, o ministro foi firme e reforçou a competência de Municípios para formular leis de defesa ao meio ambiente. Para ele, trata-se de um “encargo irrenunciável que incide sobre todos e cada um dos entes que integram o Estado Federal brasileiro”. Como justificativa, foi pontuado o art. 225 da Constituição, que consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O ministro defende que a questão ambiental passou a compor um dos tópicos mais expressivos da agenda internacional. Isso é reflexo da Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente, em 1972, e das conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92).

Responsabilidade coletiva

“Dentro desse contexto, emerge, com nitidez, a ideia de que o meio ambiente constitui patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido pelos organismos sociais e pelas instituições estatais (pelos Municípios, inclusive), qualificando-se como encargo irrenunciável que se impõe – sempre em benefício das presentes e das futuras gerações – tanto ao poder público quanto à coletividade em si mesma considerada”, destacou o decano.

Ainda de acordo com o ministro, esses motivos têm levado o STF a consagrar o reconhecimento do direito de todos à integridade do meio ambiente e a competência de todos os Entes políticos que compõem a estrutura institucional da Federação em nosso país, “com particular destaque para os Municípios, em face do que prescreve, quanto a eles, a própria Constituição da República”.



Pref. São José dos Campos/SP



Trânsito e Mobilidade

Ônibus: faixas exclusivas para população

No entendimento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), as faixas exclusivas para ônibus trazem ganho de eficiência, otimizam o tempo de viagem e podem reduzir as tarifas de ônibus. A Confederação acredita que a melhoria da mobilidade urbana depende de investimentos não apenas em infraestrutura, mas também em planejamento e gestão.

Sabe-se, no entanto, que uma melhor qualidade do sistema de transporte público tem maior custo e acarreta a pressão para o aumento da tarifa. Porém, a implantação da faixa exclusiva para ônibus permite que o mesmo veículo circule com mais eficiência, mais velocidade operacional e pode manter ou até reduzir o valor da tarifa.

A priorização do transporte público coletivo por ônibus é talvez a mais importante ação para superar a crise da mobilidade urbana e foi estabelecida pela Lei 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Por meio da priorização dos ônibus, existe o potencial de recuperar parte do espaço viário e devolvê-lo à maior parte da população urbana. Além disso, o aumento da velocidade operacional, da confiabilidade dos serviços e a redução dos custos operacionais serão, provavelmente, percebidos a curtíssimo prazo.

Pesquisas na área apontam que existem 31 cidades brasileiras que operam cerca de 669 km de priorização para o transporte público por ônibus. Cálculos mostram que 15 mil pessoas são transportadas por hora em cada faixa exclusiva dos corredores de ônibus, enquanto apenas mil pessoas transitam nos automóveis por hora em cada uma das demais faixas. O transporte coletivo carrega 150% pessoas a mais; no entanto, a prioridade na distribuição do espaço viário continua a ser dada aos automóveis.

Em 2013, a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU) realizou um estudo que mostra a construção de faixas exclusivas para ônibus como uma alternativa barata e eficiente. O estudo foi realizado em três capitais que adotaram os corredores; com isso, foi possível demonstrar que o tempo no trânsito diminuiu.

Em Goiânia, há uma faixa de 2,5 km. Os ônibus circulam numa velocidade 30% maior. No Rio de Janeiro, são 34,2 km de faixa exclusiva. A redução no tempo de viagem varia entre 10 e 50%, segundo a pesquisa. Em São Paulo, foram inaugurados mais de 200 km de vias exclusivas neste ano. Em um dos trechos, da Marginal Pinheiros, a velocidade dos ônibus quase dobrou – de 14 km/h para 25 km/h.

Convênio CNM/Sebrae

Sebrae aponta negócios promissores em 2015

Parceiro da CNM em iniciativas voltadas ao desenvolvimento local, o Sebrae publicou estudo sobre as perspectivas do empreendedorismo em 2015. A primeira conclusão é a de que a formalização de pequenos negócios no Brasil continuará aquecida, seguindo a tendência de 2014. Confira outros dados da pesquisa, destacados pela Agência Sebrae, em reportagem de Alessandra Pires.

Apenas nos 10 primeiros meses de 2014, foram criados mais de 1 milhão de empreendimentos formais no país – número próximo à quantidade de empresas criadas no mesmo período de 2013.

Entre os segmentos voltados para o mercado interno com boas perspectivas, figuram empresas ligadas a alimentação, construção, estética e reparação de bens duráveis como automóveis.

Confira abaixo, a lista das atividades mais promissoras para 2015, conforme estudo do Sebrae:

- preparo de alimentos para consumo domiciliar e comércio de alimentos;

- construção, instalações elétricas, sanitárias, hidráulicas e de gás;
- confecção e comércio de roupas;
- cabeleireiros, atividades de estética e beleza, comércio de cosméticos;
- bijuterias e artefatos semelhantes;
- reparação de veículos automotores e motocicletas;
- reparação de computadores e equipamentos de informática;
- reparação e recarga de cartuchos para equipamentos de informática;
- reciclagem.

De acordo com o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, os negócios promissores para 2015 têm forte característica de atender às necessidades básicas da população, que têm adquirido novos hábitos nos últimos anos.

“O mercado interno cresceu muito na última década com a ascensão econômica de milhões de famílias das classes C e D. Isso gerou novas demandas e beneficiou diretamente os pequenos negócios, que oferecem serviços e produtos que foram incorporados ao dia a dia da população”, destaca. “Não podemos afirmar que apenas quem investir nessas atividades colherá bons frutos em 2015. Há chances de sucessos para muitas outras atividades. O importante é se preparar adequadamente para a entrada no mundo dos negócios”.

Finanças

Previsões oficiais para o FPM: não se confirmam valores de 2015

Dos R\$ 84,5 bilhões previstos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2014, pouco mais de R\$ 79 bilhões foram efetivamente repassados aos Municípios brasileiros.

No fim do ano de 2013, quando o Congresso Nacional começou a discussão do orçamento federal de 2014, por meio do Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) iniciou o acompanhamento das estimativas para o FPM. O PLOA posteriormente se tornou a Lei Orçamentária Anual (LOA), e, nesse texto, o Fundo foi previsto em mais de R\$ 85 bilhões. Porém, a entidade calculou que o repasse constitucional não passaria dos R\$ 80 bilhões. Assim, além de ter obtido a previsão mais próxima da realidade, a Confederação também orientou os gestores municipais para evitarem mais complicações financeiras.

Desde os primeiros debates, a CNM julgou que as projeções divulgadas estavam fora da realidade. Essas previsões são fundamentais para os gestores municipais, pelo fato de auxiliarem na elaboração dos orçamentos para exercício. Por esse motivo, a entidade aconselhou cautela aos prefeitos. A confirmação de que os cálculos da Confederação estavam mais de acordo com a realidade ocorreu pouco tempo depois, da PLOA para LOA o montante previsto para o FPM foi reduzido de R\$ 86,3 bilhões para R\$ 84,5 bilhões.

Entre os esclarecimentos, a Confederação sinalizou que as estimativas divulgadas na PLOA e na LOA estavam baseadas em expectativas elevadas sobre o desempenho da economia. Ao longo do ano, as estimativas de crescimento econômico se mostraram equivocadas, por conta do cenário que o país enfrentou com a desaceleração econômica, baixa arrecadação sobre a atividade econômica e desempenho da indústria abaixo do esperado.

Além disso, Relatórios de Avaliação Fiscal e Cumprimento de Meta do Ministério do Planejamento – divulgados bimestralmente durante o ano – consideram as perspectivas econômicas para o ano, como a meta fiscal estabelecida, os indicadores Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA e INPC), os parâmetros econômicos e as estimativas de receitas administradas pela Receita Federal e despesas. Sendo assim, para se estimar o FPM, a Confederação usa as receitas do Imposto de Renda e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IR e IPI) desses relatórios. Assim, as projeções de previsão de repasse para o FPM foram reduzidas ao longo de 2014, iniciou-se com o valor bruto de R\$ 84,5 bilhões na LOA, e, na última Avaliação Bimestral do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, o repasse para o FPM ficou em R\$ 81,5 bilhões.

A orientação da entidade foi baseada no comportamento dos repasses do FPM realizado pela Receita Federal do Brasil (RFB) mensalmente. Segundo esclarecimentos da Confederação, ocorrem dois ciclos distintos; no primeiro

semestre, os repasses são maiores, principalmente em fevereiro e maio. Já de julho a dezembro, os repasses diminuem significativamente.

De acordo com dados da Confederação sobre o Fundo, nos aspectos valores nominais e brutos e reais, o FPM fechou com 8,4% de aumento em 2014, comparado com 2013. Isso, em termos nominais e brutos, o total foi de R\$ 79,3 bilhões. O montante efetivamente repassado às prefeituras foi abaixo das estimativas do PLOA – que era de R\$ 86 bilhões. Em 2013, foram transferidos aos cofres municipais R\$ 72,8 bilhões, ou seja: R\$ 6,1 bilhões a mais de um ano para o outro e aumento de 8,4%.

Já no aspecto bruto e real, o valor ganho do FPM foi corroído na mesma velocidade da alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que ficou acima do topo da meta do governo. Com a clara tendência de alta na inflação, o FPM cresceu apenas 2,3% em 2014.

Em outra análise feita pela CNM sobre os dados, o repasse de janeiro foi o único mês com resultado satisfatório de crescimento, com 24,7%. Outra observação feita pela CNM é: a inflação deteriorou o FPM de 2014 em apenas cinco meses – fevereiro, maio, junho, novembro e dezembro. Em março, agosto e outubro, o Fundo apresentou crescimento de apenas 1% em relação ao ano anterior.



Com o fim da política de desonerações do IPI do governo federal, espera-se que o Fundo dos Municípios se recupere. No entanto, considerando outros fatores, a CNM volta a orientar cautela aos gestores municipais.

De acordo com o PLOA 2015, a projeção do FPM será de R\$ 91 bilhões em valores brutos. É esperado um crescimento nominal de 10,55% em relação ao valor de 2014. Novamente, a CNM não acredita que esse valor se mantenha. A entidade destaca que, já no primeiro repasse do ano, o FPM apresentou 31,5% em termos reais. Enquanto o primeiro repasse do ano de 2014 foi de R\$ 4 bilhões em valores brutos, o deste ano foi pouco mais de R\$ 2,7 bilhões.

Finanças

Municípios receberão mais com Cide, IPI de cosméticos e IR

Na segunda-feira, 19 de janeiro, o governo federal anunciou um pacote de medidas para arrecadar mais. Os valores de quatro impostos ou contribuições foram alterados para um incremento de R\$ 20,63 bilhões nos cofres públicos federais. Dois deles têm impacto direto também nas finanças municipais, revela a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Além disso, as alterações na tabela do Imposto de Renda (IR) também entram nessa conta.

As mudanças de interesse dos Municípios são no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de cosméticos e na Contribuição por Intervenção de Domínio Público (Cide-Combustíveis) – a única compartilhada pela União com os Estados e os Municípios. A CNM fez o cálculo, e, com base nos valores divulgados pelo Ministério da Fazenda, a arrecadação para os Entes municipais deve chegar a R\$ 641,5 milhões somente em 2015. Desse total, 478,5 milhões são da Cide e R\$ 163 milhões, do IPI dos cosméticos.

Esta conta é simples: o incremento total na receita do IPI cosméticos será de R\$ 694 milhões. Desse montante, R\$ 163 milhões serão destinados às prefeituras por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Junto com o Imposto de Renda (IR), o IPI compõe a base de cálculo do FPM. O aumento do IPI irá influenciar na receita logo no primeiro semestre, consecutivamente, o cálculo do 0,5% que será depositado na conta das prefeituras será maior do que o esperado.

Retorno da Cide

Sobre a Cide, haverá alteração nas alíquotas de R\$ 0,10/litro para a gasolina e de R\$ 0,05/litro para o diesel. A contribuição, apesar da natureza regulatória, está submetida ao regime de “noventena” – um período de 90 dias até que aumentos de alíquotas se tornem efetivos.

Na última semana, a CNM havia divulgado que as desonerações tributárias da Cide-Combustíveis, zeradas em 2012, resultaram em perdas de R\$ 22,181 bilhões. Só os Municípios deixaram de receber R\$ 1,608 bilhão, entre 2013 até novembro de 2014. No entanto, após o anúncio do governo de retorno desta



Ag. Brasil

contribuição, o incremento nas contas das prefeituras será, como mencionado anteriormente, de R\$ 478,5 milhões.

A Cide é compartilhada também com os Estados. Eles têm uma parcela de 29%, e os Municípios de 25%. Portanto, dos R\$ 6,6 bilhões que é esperado para a arrecadação da Cide em 2015, os governos estaduais receberão R\$ 1,9 bilhão, e os municipais, os R\$ 478,5 milhões ou 7,3% do total. O restante (63,8%), R\$ 4,2 bilhões, ficará com o governo federal.

Tabela do IR

Em relação à tabela do IR, a correção aprovada pelo Congresso seria de 6,5%. A presidente da República, Dilma Rousseff, vetou este valor e encaminhará ao Parlamento uma Medida Provisória que sugere um reajuste menor, de 4,5%. Ainda de acordo com a CNM, neste mês de janeiro, o recolhimento do IR deve obedecer à tabela anterior, de 2014. Por isso, a renúncia fiscal será de R\$ 4,846 bilhões contra os R\$ 7 bilhões previstos anteriormente pelo Congresso. Dessa forma, os Municípios receberão mais R\$ 506,1 milhões, também por meio do FPM.

Pacote de medidas

Além da Cide e do IPI de cosméticos, o pacote do governo também prevê aumento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre a importação. Ela passará dos atuais 9,25% para 11,75%. Outro acréscimo será no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de crédito de pessoas físicas. Ele aumentará de 0,0041% ao dia para 0,0082% ao dia. Fica mantida a alíquota de 0,38% em cada operação.

Os combustíveis sofrerão aumento não só com a Cide, mas também com as alíquotas de PIS/Cofins. O aumento do PIS/Cofins será inicialmente de R\$ 0,22/litro de gasolina e de R\$ 0,15/litro de óleo diesel, com previsão de redução para os valores de R\$ 0,12/litro e de R\$ 0,10/litro, respectivamente para a gasolina e o diesel, no momento em que o aumento da Cide se tornar efetivo.